

A PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA DEFESA DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SAUDÁVEL NO MUNICÍPIO DE MISSAL – PARANÁ

Mauri José Schneider¹

Irene Carniatto²

Marli Renate Von Borstel Roesler³

Nardel Luiz Soares da Silva⁴

RESUMO

No presente estudo caracteriza-se a contribuição que o homem do campo, através da agricultura familiar, tem realizado na defesa da alimentação escolar saudável no município de Missal, PR. Para obtenção dos dados do estudo de caso realizou-se a aplicação de questionário à nutricionista do município responsável pela alimentação escolar, ocasião em que identificou-se o consumo dos alimentos utilizados na alimentação escolar. Também realizou-se aplicação de questionários com os agricultores familiares participantes do Programa Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do município onde identificaram-se os aspectos sociais, econômicos e ambientais inerentes às atividades suscitadas pelo programas. Avaliaram-se os indicadores de: forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, relacionadas ao PAA e PNAE. Os resultados apontam que as forças estão na comercialização. As fraquezas indicadas pelos agricultores foram: o preço baixo dos produtos, o desconto e a demora no pagamento. As oportunidades foram: valorização da propriedade rural, melhoria da infra-estrutura e da qualidade de vida. As ameaças apontadas foram: restrição de eventuais ações ilícitas e corruptivas que podem ser desenvolvidas por atos de má fé dos gestores dos programas e a preocupação na possibilidade de mudança do governo. Conclui-se que os programas PNAE e PAA beneficiam substancialmente o sistema da alimentação escolar e o desenvolvimento rural sustentável dos agricultores familiares do município de Missal, PR.

1 Biólogo, Professor, Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável – UNIOESTE, Coordenador da Rede de Educação Ambiental Linha Ecológica Projeto em parceria com a Itaipu Binacional e o Conselho dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu.

2 Doutora, Pesquisadora e Docente do Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável e do Curso de Ciências Biológicas Licenciatura da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

3 Pós-Doutora, Pesquisadora e Docente do Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável e do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

4 Doutor, Pesquisador e Docente do Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável e Curso de Agronomia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Sustentabilidade. Direito à Alimentação Escolar.

INTRODUÇÃO

O meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental e constitucional desde 1988, no art. 225 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) é foco de atenção quando se trata de buscar qualidade de vida e, principalmente, a sustentabilidade do sistema para as gerações futuras (JACOBI, 2003).

No entanto, Boff (2012), alerta para a necessidade de estabelecer uma nova relação com a sustentabilidade visto que, no atual modelo seguido pelo governo, empresas e outras organizações, predomina a relação meramente utilitarista. E para preservação do patrimônio vital-ambiental, social e natural para esta geração e as futuras, as “transformações necessárias devem apontar para um outro paradigma de relação com a Terra e a natureza e para as invenções de modelos de produção e consumo mais benignos” (BOFF, 2012, p. 10).

Dentro deste contexto, destaca-se a intenção de Boff de estabelecer uma definição integradora de sustentabilidade:

Sustentabilidade é toda ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida e a vida humana, visando a sua continuidade e ainda atender as necessidades da geração presente e das futuras de tal forma que o capital natural seja mantido e enriquecido em sua capacidade de regeneração, reprodução e coevolução (BOFF, 2012, p.107).

Pelas projeções de densidade populacional para um futuro próximo, a questão mais preocupante que se verifica é que a terra está “superexplorada pela forma como produzimos e consumimos” poderá garantir a seguridade alimentar para toda a população (BOFF, 2012).

Nesse contexto, a produção de alimentos está em foco, bem como sua fundamental importância para a discussão da agricultura que é realizada atualmente e sua contribuição para a vida, de sua preservação e da sua qualidade, ou quem sabe contribuindo para a doença, desequilíbrio, a morte e até mesmo a exterminação dos animais, plantas e muitas vidas humanas.

Nas últimas décadas, a produção de alimentos aumentou de forma espantosa motivada, principalmente, pela evolução do agronegócio que emprega insumos químicos como fertilizantes e agrotóxicos, visando aumentar a oferta de alimentos, com a pretensão de minimizar os males gerados pela fome no mundo.

No entanto, apesar dos recordes de produção alcançados nos últimos anos, percebe-se que os problemas inerentes à alimentação e nutrição humana continuam sendo preocupantes.

Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2012), em todo o mundo, cerca de 870 milhões de pessoas sofrem subnutrição crônica. Isso significa que uma em cada oito pessoas não tem acesso a uma alimentação saudável e adequada no seu dia a dia, o que pode gerar a insegurança alimentar e nutricional.

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) pode ser entendido como a garantia de todo ser humano ao acesso contínuo e permanente à alimentação básica de qualidade e em quantidades adequadamente suficientes, com base em práticas alimentares saudáveis, de forma que possa contribuir para uma existência digna, possibilitando o desenvolvimento integral dos cidadãos (CONSEA, 2004).

Neste cenário, verifica-se a importância da produção de alimentos pela agricultura familiar, relevância na contribuição para a garantia de segurança alimentar e nutricional pela diversidade na produção de alimentos e, ainda, pelo favorecimento do desenvolvimento econômico com geração de emprego e renda no meio rural.

Destaca-se a importância das políticas públicas na promoção e incentivo da segurança alimentar nutricional e para o fortalecimento da agricultura familiar, através da criação e implantação dos programas: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (BRASIL, 2008) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (BRASIL, 2003).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Desenvolvimento Sustentável

Na década de 80, o Brasil passava por uma inquietude em relação à transição dos sistemas produtivos, gerando uma crise do modelo de desenvolvimento, “enquanto que a opinião pública brasileira tomava consciência da devastação ambiental”. Inicia-se, então, um período marcado pela busca de respostas estratégicas para a reversão do processo de devastação ambiental, como um compromisso a ser perseguido e implementado pela sociedade organizada e pelos governos (ROESLER, 2007, p. 134).

Em 1983, criou-se uma Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. No ano de 1987, essa Comissão publicou o relatório chamado “Nosso Futuro Comum”, conhecido também como Relatório de Brundtland, o qual apresenta que os problemas ambientais e a busca do Desenvolvimento Sustentável estão diretamente ligados ao fim da pobreza, a satisfação básica de alimentação, saúde, habitação, alternativas energéticas, com prioridades em alternativas renováveis e inovação tecnológica. Nesse momento surge o termo “desenvolvimento sustentável” (RAMOS; SANTOS CRUZ; LOUREIRO, 2008, p. 304).

O conceito de desenvolvimento sustentável foi apresentado formalmente em 1987, durante Encontro da Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, ocasião em que foi publicado o relatório de Brundtland.

A essência de desenvolvimento sustentável apresentado no relatório determina-o como sendo “aquele desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem às suas próprias” (CMMAD, 1988 *apud* BARBIERI, 2001, p. 49).

O governo brasileiro tem um grande compromisso mundial com o desenvolvimento sustentável. Entre as políticas públicas, o Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que apresenta uma compreensão mais abrangente, conceituando comunidades tradicionais como sendo:

Grupos culturalmente diferenciados e que assim se reconhecem, possuem formas próprias de organização

social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição (BRASIL, 2007).

Para Little (2002) citado por Ramos, Santos Cruz e Loureiro (2008), os diversos grupos que se enquadram no conceito de povos e comunidades tradicionais possuem pontos comuns, os quais podem servir como instrumentos para o reconhecimento dessa categoria social. Entre essas características, destacam-se a forma de uso da terra, a destinação da produção, a organização social, as formas culturais, a situação fundiária e o acesso ao território, sendo uma das questões principais.

Entre estes grupos e comunidades, podem ser destacados os agricultores que sobrevivem em pequenas propriedades rurais e que desenvolvem a agricultura familiar, em conformidade com padrões abordados pelo desenvolvimento rural sustentável que se baseia na mão de obra, quase que exclusivamente, dos membros da família.

Desenvolvimento Rural Sustentável

O cenário atual desponta para o desenvolvimento da agricultura rural sustentável voltada para a “reestruturação econômica, social e ecológica da agricultura industrializada” (GONÇALVES; ENGELMANN, 2009, p. 37).

O desenvolvimento rural sustentável contrapõe-se concretamente à:

[...] degradação dos solos pela erosão, à desertificação, ao desflorestamento, à contaminação da água, do alimento e do agricultor, à redução da biodiversidade geral e funcional, à insegurança alimentar e aos impactos globais gerados pela agricultura de monocultivo. Faz igualmente a crítica das consequências sociais da aplicação desse modelo, como a concentração de renda, a crise de empregos, a pobreza, a migração e a exclusão social (CANUTO, 2004 apud GONÇALVES; ENGELMANN, 2009, p. 38).

Desta forma, percebe-se que a formulação do conceito de desenvolvimento rural sustentável estabelece a distância de um modelo que produz fortes impactos ambientais e sociais.

Grosso modo, o desenvolvimento rural sustentável fundamenta-se na agroecologia e na produção orgânica, entendendo-se que existe um grupo específico integrante e adepto deste modo de produção rural pelo qual toda população é beneficiada.

Uma característica que está marcadamente presente no desenvolvimento rural sustentável é a diversificação de variedades e atividades desempenhadas que oferece uma amplitude de estabilidade, ou seja, se uma cultura ou criação demonstrou queda de produção, as outras podem equilibrar a renda familiar. Uma estiagem ao afetar a cultura da soja, por exemplo, nem sempre afeta a cultura do milho por serem semeadas em épocas diferentes.

Uma grande alternativa para a propriedade rural buscar a sustentabilidade é através da diversificação no cultivo, aplicando técnicas que não agridem o meio ambiente, cuidando do solo e das águas, tendo um olhar sobre o todo da propriedade e não apenas na monocultura. Desta forma mantém um equilíbrio na produção, agrega valor comercial e possibilita a preservação para a presente e as futuras gerações, produzindo alimentos saudáveis e adequados, sem agredir os recursos naturais.

Estratégias que promovem o Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil foram fortalecidos pela criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), Instituído pelo Decreto nº 7.794, em 20 de agosto de 2012, tendo em vista o disposto no art.50 da Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e no art. 11 da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003.

O entendimento da Agroecologia e Produção Orgânica, segundo os referidos ditames legais consideram:

I - produtos da sociobiodiversidade - bens e serviços gerados a partir de recursos da biodiversidade, destinados à formação de cadeias produtivas de interesse dos beneficiários da Lei nº.11.326 de 24 de julho de 2006, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, assegurem os direitos decorrentes, para gerar renda e melhorar sua qualidade de vida e de seu ambiente;

II - sistema orgânico de produção - aquele estabelecido pelo art. 1º da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, e outros que atendam aos princípios nela estabelecidos;

III - produção de base agroecológica aquela que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, abrangida ou não pelos mecanismos de controle de que trata a Lei nº 10.831, de 2003, e sua regulamentação; e

IV - transição agroecológica - processo gradual de mudança de práticas e transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais, que levem a sistemas de agricultura que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica (BRASIL, 2012).

Pelo seu estabelecimento, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica consolida-se com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para a melhoria de qualidade de vida, a distribuição de renda e superação da pobreza, permitindo a oferta e consumo de alimentos saudáveis, a partir do uso sustentável dos recursos naturais.

Sistema de Cultivo dos Alimentos na Agricultura Familiar

A agricultura familiar é uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho. São os agricultores e familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase à diversificação e utilizando o trabalho familiar, complementado, eventualmente pelo trabalho assalariado.

Uma das características da agricultura familiar também é o horizonte das gerações. Um dos eixos centrais da associação entre família, produção e trabalho é a expectativa de que todo o investimento em recursos materiais e de trabalho, despendido na unidade de produção, pela geração atual, possa vir a ser transmitido à geração seguinte, garantindo a esta as condições de sua sobrevivência.

Atualmente, pela expansão da tecnologia e ampliação dos conhecimentos utilizados, pode-se caracterizar uma propriedade rural familiar como uma empresa rural familiar, merecendo debates e discussões por contribuir em aspectos positivos para a economia através de emprego.

Indiscutivelmente houve grande aumento na produção de alimentos no mundo nestas últimas décadas. Apesar deste cenário, segundo relatório da FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO, 2012), cerca de um bilhão de pessoas carecem de nutrição adequada e um bilhão são afetadas pela escassez de alimentos, percebendo-se a existência de uma crise alimentar que se caracteriza, sobretudo, pelo rápido aumento nos preços, ameaçando parcela da população a voltarem à insegurança alimentar vivida no passado.

Entre os fatores apontados para justificar a escassez de alimentos, estão as condições climáticas adversas, pragas, plantas invasoras, as enfermidades das plantas e o surgimento de novas tecnologias e insumos químicos para a produção, principalmente em relação ao agronegócio.

Neste processo é primordial ainda, considerar as causas humanas como:

A instabilidade política, a ineficácia e má administração dos recursos naturais; a guerra, os conflitos civis, o difícil acesso aos meios de produção pelos trabalhadores rurais, pelos sem terra ou pela população em geral; as invasões, o deficiente planejamento agrícola, a injusta e antidemocrática estrutura fundiária, marcada pela concentração da propriedade das terras nas mãos de poucos; o contraste na concentração da renda e da terra num mundo subdesenvolvido; a influência das transnacionais de alimentos na produção agrícola e nos hábitos alimentares das populações do Terceiro Mundo; a utilização da "diplomacia dos alimentos" como arma nas relações entre os países; a relação entre a dívida externa do Terceiro Mundo e a deterioração cada vez mais elevada do seu nível alimentar e a relação entre cultura e alimentação (MENDES, 2010, p. 34).

Existe um entendimento de que a questão alimentar está estritamente ligada à capacidade de produção agrícola, por este

motivo, fortaleceu-se o argumento da indústria química em defesa da Revolução Verde, na tentativa de convencer a todos que a partir do aumento significativo da produção agrícola, com emprego maciço de insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos), haveria um aumento considerável na produção de alimentos e no combate à fome (MALUF; MENEZES; MARQUES, 2000, p. 01)

Desta forma, iniciou-se o processo de modernização da agricultura, com o desenvolvimento do agronegócio manifestado pela modificação das técnicas utilizadas no meio rural, implementando maquinários e insumos industriais, substituindo a agricultura primária que pode ser considerada como natural, gerando um grande aumento na produção nas décadas posteriores.

A expansão do agronegócio, que a princípio deveria acabar com a escassez de alimentos, de acordo com SOARES (2013, p. 05), gerou um paradoxo com a violação da segurança alimentar e nutricional, "contribuindo nos índices de insegurança alimentar, desigualdade social, conflitos no campo, e considerável desestruturação ambiental". Desta forma, apesar de aumentos consecutivos com maior produção de alimentos, ainda não desapareceram os males da desnutrição e da falta de alimentos para grande parcela da população.

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU – Organização das Nações Unidas, para o biênio 2007/2008, no mundo, há cerca de 1 bilhão de pessoas passando fome; 150 milhões de crianças subnutridas, com menos de cinco anos (uma para cada três no mundo) e 12,9 milhões de crianças morrem a cada ano, antes dos cinco anos de idade.

Em relação ao Brasil, nos dias de hoje, um terço da população é mal nutrido, 9% das crianças morrem antes de completar um ano de vida e 37% do total são trabalhadores rurais sem terras (FAO, 2012).

Dentro deste contexto, a FAO (2012) adverte para os esforços dos países no sentido de ofertar para a população mais pobre o direito à alimentação adequada, minimizando e eliminando formas de insegurança alimentar e de subnutrição por meio da implantação de políticas públicas de incentivo ao crescimento econômico e desenvolvimento da agricultura nos moldes da agricultura familiar, com a possibilidade de estabelecer, à longo prazo, a segurança alimentar.

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) pode ser conceituada, em conformidade com Maluf, Menezes e Marques (2000, p. 04), como sendo:

A garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar. Esta condição não pode comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, nem sequer o sistema alimentar futuro, devendo se realizar em bases sustentáveis. É responsabilidade dos estados nacionais assegurarem este direito e devem fazê-lo em obrigatória articulação com a sociedade civil, dentro das formas possíveis para exercê-lo (MALUF, MENEZES E MARQUES, 2000, p. 04).

Os modelos alimentares atuais são duvidosos e podem colocar em risco a segurança alimentar das próximas gerações. Com a proposta de enfrentar o problema da fome e da má nutrição, são necessárias ações num contexto integrado medidas e intervenções complementares na agricultura e no sistema alimentar, na ordenação dos recursos naturais, na saúde pública e na educação, assim como no âmbito de políticas públicas mais amplas (MALUF; MENEZES, MARQUES, 2000).

Sob o enfoque das políticas públicas para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, no ano de 1993, o Governo Federal apresentou o Plano Nacional de Combate à Fome e à Miséria. A partir desta proposta, foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar – CONSEA, tendo como compromisso primordial refletir, discutir e sensibilizar a população sobre os aspectos relacionados à concentração de renda e da terra, vista como um dos principais determinantes da fome e da miséria no país.

Em análise a esta discussão, percebe-se que o problema da insegurança alimentar gera preocupações não apenas com a alimentação no futuro, já que o modelo alimentar atual também não é considerado o mais adequado para a população, considerando que a segurança alimentar é uma habilidade adquirida socialmente,

assim, a alimentação escolar desempenha um papel fundamental no processo de desenvolvimento intelectual, físico e na aprendizagem do aluno, ao mesmo tempo em que também garante um suprimento mínimo de alimentos às populações carentes inseridas no contexto escolar brasileiro (MADRUGA, 2009).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é o mais antigo programa social do Governo Federal na área de educação e é o maior programa de alimentação em atividade no Brasil. Traçando uma breve linha histórica é possível registrar sua origem em 1954, pela criação da Comissão Nacional de Alimentação (CNA). Em 1994 houve a descentralização do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Desde 1997, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é o responsável por esse programa (STURION, 2002). A criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, pela Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006 (BRASIL, 2006), apresentou como objetivos a formulação e implementação de políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimulando a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, assegurando que o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada.

Em agosto de 2011 no Brasil, foi aprovado o 1º Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) – para o período 2012-2015, com ações que visam garantir a produção e o abastecimento alimentar de maneira sustentável e reúne ações de 19 Ministérios. Destaca-se a segunda diretriz da PNSAN, que é a “Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas descentralizados de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos”. Nesta diretriz estão previstas metas de regularização fundiária e fortalecimento da agricultura familiar de base agroecológica, tais como crédito, assistência técnica, acesso a mercado e compra institucionais de alimentos de agricultores familiares. Algumas ações levam em consideração especificidades de raça, gênero, etnia. Além disso, há metas para grupos em extrema pobreza. Destacam-se ações para fomentar circuitos curtos de produção e consumo e adoção de marcos legais para fomentar a agricultura familiar e a Política Nacional de Abastecimento (CAISAN, 2011).

Entre o conjunto de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, pela Conab⁵. Criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696 de 2003 (BRASIL, 2003), possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar.

Para o alcance desses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede sócio assistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública de ensino.

As diretrizes definem os tipos de alimentos que podem ser adquiridos. Os alimentos devem ser de produção própria dos agricultores familiares credenciados e cumprir deliberativamente os requisitos de controle de qualidade, dispostos nas normas vigentes do programa (CONAB, 2008).

Portanto, o combate à fome e pobreza implica necessariamente em um amplo e sustentável processo de implantação e implementação de políticas públicas em todas as esferas administrativas, com apoio de programas de desenvolvimento para facilitar o acesso aos recursos produtivos que priorizem a diminuição das desigualdades como um princípio básico, sendo estes elementos substanciais para a fundamentação de um projeto de combate à crise alimentar, com a possibilidade de promover a segurança alimentar num futuro bem próximo.

Caracterização do Município de Missal – PR

O Município de Missal localiza-se na região Oeste do Paraná, a 615 km da Capital do Estado Curitiba PR, via BR 277, seu território tem 323,042 Km², sendo que 43,470 Km² são banhados pelo Lago de Itaipu. Da área pertencente à Itaipu, 25,54 Km² são terras inundadas e 17,83 Km² são áreas de reserva (IPARDES 2008). O município tem como limite ao norte o Reservatório do Lago de Itaipu, sendo um dos municípios limedeiros ao Lago da Usina de Itaipu.

5 CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento, empresa pública criada pela Lei nº 8.029/90 que auxilia no gerenciamento das políticas agrícolas de abastecimento com o objetivo de equilibrar as necessidades da sociedade, redistribui produtos, controla e regula preços, preserva e incentiva mecanismos de mercado.

A maioria dos colonizadores de Missal chegou ao município nos anos de 1961 e 1962, pertence à 2ª geração de imigrantes alemães, que trouxeram consigo características da cultura germânica.

A população de Missal, segundo Censo realizado no ano de 2010, se define com 10.474 habitantes, área da unidade territorial 324,398 (Km²), densidade demográfica 32,29 (hab/Km²), população residente urbana 5.420 habitantes, População residente rural 5.054 habitantes, população masculina 5.269 e população feminina 5.205 habitantes (IBGE, 2010).

A Economia do Município é baseada no setor primário, representado principalmente pela produção agrícola, sendo a cultura de soja e milho, pecuária a criação de gado e aves para o corte, o setor que mais contribui com o PIB no município é o setor agropecuário, seguido pelo setor de serviços e depois o setor industrial. O IDH do município é de 0,79. Já o PIB per capita no ano de 2012 foi estimado em R\$ 17.191,19 um pouco menor que o PIB nacional que foi calculado em R\$ 22.642,40 (IBGE, 2012).

Existem programas e ações oferecidos pelo município direcionados à agricultura. Em Parceria com a Itaipu Binacional, através do Programa Cultivando Água Boa, este trabalho dá enfoque ao Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável que trabalha na produção, na comercialização e no consumo de produtos orgânicos e da agricultura familiar, que passaram a ser desenvolvidos a partir de uma rede de parcerias que envolvem várias organizações e representantes de agricultores. Pelo projeto, os agricultores foram chamados para discutir a cadeia produtiva da agricultura orgânica e familiar como um todo, com um olhar sistêmico. Desenvolveram iniciativas que incluíram a assistência técnica rural, educação ambiental, formação de agricultores, organização de associações em produção orgânica, planos de comercialização como a participação de entrega de produtos para a alimentação escolar (VITORASSI, 2011).

O projeto incentiva ainda a criação de agroindústrias familiares e realiza encontros para criar sinergias entre gestores públicos e técnicos, para fortalecer a organização dos agricultores familiares. Com esse movimento, os agricultores familiares são orientados para participar de programas como a compra direta local da agricultura familiar, parceria das prefeituras com o Ministério de Desenvolvimento Social para o fornecimento de alimentação escolar.

Os agricultores orgânicos de Missal estão organizados pela APROMIS- (Associação dos Produtores Orgânicos de Missal) que possui 20 famílias associadas, das quais 15 entregam produtos no PAA e PNAE. Mas, destes apenas 1 associado tem certificação de agricultor orgânico pela Rede Eco Vida - certificação participativa e fornece alimentos para o PAA.

Em Missal, no PNAE municipal é feito por tomada de preço dos produtos no município, e adquirido os produtos da Cooperativa (COAFASO), estes produtos são fornecidos aos alunos das escolas e creches municipais e pagos com recursos federais do FNDE, para custear a alimentação escolar.

Já o PNAE Estadual é executado através de concorrência pública, do qual só podem participar Cooperativas Familiares, os produtos são fornecidos às Escolas Estaduais, tanto no mesmo município ou em outro. Neste caso, quem coordena este projeto é a Secretaria Estadual de Educação SEED de Foz de Iguaçu e Curitiba.

O CAE (Conselho de Alimentação Escolar) e CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar) tem a função de acompanhar e fiscalizar a qualidade dos produtos destinados à alimentação escolar do município.

METODOLOGIA DE PESQUISA

A presente pesquisa pode ser caracterizada como uma abordagem quali-quantitativa em conotação com o problema de pesquisa, que segundo Richardson (1999, *apud* BEUREN, 2009, p. 91), "os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais".

Este estudo apresenta uma abordagem em relação aos objetivos como exploratória e descritiva que é evidenciada pelos procedimentos inerentes a este tipo de pesquisa, de acordo com Cervo e Bervian (2002, p.66), "a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Trata-se do estudo e da descrição das características, propriedades ou relações existentes na comunidade, grupo ou realidade pesquisada".

Em relação aos procedimentos, o estudo evidencia pesquisa embasada em pesquisa bibliográfica, com fundamentação como pesquisa aplicada e na pesquisa de campo; pesquisa de levantamento, pesquisa com survey e estudo de caso, considerando que os dados para a realização da pesquisa foram com referência ao espaço geográfico do município de Missal e os dados foram coletados através da aplicação de questionários para 42 agricultores integrantes dos programas PNAE e PAA do município de Missal – PR e de visitas aos locais de estudo e constituem-se de fonte primária da investigação.

De acordo com Gerhardt e Tolfo (2009, p. 35), a pesquisa aplicada “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”. Nesta pesquisa, na busca de explicação em relação ao conhecimento existente com a aplicação dessa pesquisa.

Além disso, foi aplicado um questionário com a nutricionista do município de Missal, responsável pela Gestão da Alimentação Escolar no município, com o objetivo de diagnosticar a realidade através das informações relacionadas à Gestão da Alimentação Escolar no município e o alcance dos programas PNAE e PAA.

A partir da pesquisa com os agricultores participantes dos programas PNAE e PAA foram tabulados os dados da análise quantitativa no programa software Excel e no Programa SPSS, sendo calculada a comparação de dados em porcentagem em relação às respostas obtidas nos questionários, sendo também construídos gráficos para melhorar a visualização dos dados.

Para a análise dos resultados, os itens foram organizados e classificados em quatro categorias: Identificação programas PAA e PNAE e instituições, Perfil da agricultura familiar no Município de Missal, PR; forma de produção dos alimentos para o PAA e PNAE e avaliou-se a matriz FOFA (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças) (BASTOS, 2015) do sistema do PAA e PNAE, vinculado à agricultura familiar no município de Missal PR.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da formulação do questionário, sua aplicação e análise, foram possíveis caracterizar a participação da agricultura familiar, na defesa da alimentação escolar saudável no município de Missal – Paraná.

Entre os objetivos específicos, abordados na pesquisa aponta-se para a contextualização dos fundamentos teórico-políticos da produção da agricultura familiar, programas e ações governamentais do PAA e PNAE, onde se observou um grande avanço nos últimos anos da construção e aplicação de políticas públicas que amparam o sistema da agricultura familiar e alimentação escolar.

Permitiu a identificação dos aspectos produtivos e socioeconômicos dos agricultores familiares, que fornecem alimentos aos programas PAA e PNAE, voltado ao desenvolvimento do arranjo produtivo, sua participação na alimentação escolar saudável e promoção do desenvolvimento rural sustentável, conforme os resultados apontados pela pesquisa e verificado na sequência do estudo (Tabela1).

Pela análise do questionário aplicado à nutricionista, registram-se os aspectos positivos dos programas PNAE e PAA, que são a ampla variedade de produtos, tanto de origem animal como vegetal, o recebimento de produtos frescos, principalmente verduras e a possibilidade de oferecer aos alunos produtos naturais em substituição aos produtos artificiais e com aditivos químicos, como no caso dos sucos e panificados.

Tabela 1 - Informações dos Programas PAA e PNAE, Missal - PR, 2013.

Programas	Quantidade de agricultores	Valor total do Programa	Valor por agricultor	Instituição que atende
PAA SETS - Secretaria do Trabalho e Emprego e Economia Solidária	65 agricultores	R\$ 291.580,00	R\$ 4.485,00	2 CMEI, Clube do Idoso, Pastoral e Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis.
PAA CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento	66 agricultores	R\$ 296.980,00	R\$ 4.499,69	Escolas, CMEI, APAE e Associação dos Deficientes Físicos;
PNAE Via Coafaso	24 agricultores	R\$ 336.000,00	R\$ 14.000,00	Escolas da Rede Municipal e Estadual

Fonte: Nutricionista da Rede Municipal de Ensino de Missal, PR., 2013.

A pesquisa mostra que nos diversos programas foram envolvidas 66 famílias de agricultores, que vendem seus produtos para atender a alimentação dos alunos das escolas da Rede Municipal e Estadual e de pessoas atendidas no Clube do Idoso, Pastoral, Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis, APAE e Associação dos Deficientes Físicos, atendendo a 20 instituições com 2.770 alunos e 3.543 refeições/dia.

Tabela 1- Informações das Escolas e Instituições que recebem alimentos do PAA e PNAE, Missal - PR, 2013.

Escola/ Instituição	Quantidade de Instituições	Quantidade de alunos	Quantidade de refeições/ dia
Rede Municipal	9	1.169	1.943
Rede Estadual	6	1.541	1.400
Outra (APAE, catadores, pastoral, idosos, deficientes físicos)	5	60	200
TOTAL	20	2.770	3.543

Fonte: Nutricionista da Rede Municipal de Ensino de Missal, PR., 2013 e Nutricionista da Rede Estadual de Ensino, Núcleo Regional de Foz do Iguaçu PR., 2013.

Em relação aos aspectos que afetam negativamente o desenvolvimento dos programas pode ser citado o processo de operacionalização da aquisição de alimentos da agricultura familiar para o PNAE e PAA. A nutricionista relata que no PAA, o processo de renovação do programa é bastante demorado e complexo, dessa maneira, passam vários meses sem ter o programa, pois nesse processo de término e renovação, perde-se muito tempo e compromete a falta de sazonalidade dos produtos, que mais são utilizados durante o ano.

Quanto aos 42 agricultores entrevistados, em relação à faixa etária, apenas 02 agricultores estão na categoria de até 36 anos, representando apenas 4,8%. Já na categoria de 37 até 54 anos, temos 26 agricultores, ou seja, 61,9% e 14 agricultores acima de 55 anos de idade, sendo 33,3%.

Por estes dados, observa-se o envelhecimento da população rural pesquisada, sendo este fator notado em outras pesquisas, como a realizada por Godoy et. al. (2010), na qual afirma que o

envelhecimento da população em geral é uma realidade que afeta os países em desenvolvimento.

O envelhecimento da população é evidenciado pelo aumento da qualidade de vida da população, gerado pela melhoria no tratamento da saúde, vacinas, saneamento básico e outros benefícios refletindo no aumento da expectativa de vida.

No entanto, quando se trata do meio rural, o envelhecimento da sua população iniciou-se, principalmente, pela industrialização das cidades, aliada ao processo de “modernização no campo, que desencadeou um processo de empobrecimento e endividamento dos agricultores, gerando o agravamento das condições de vida dos agricultores familiares” (GODOY et. al., 2010, p. 02). Esta situação provocou o êxodo rural dos jovens em busca de novas oportunidades de trabalho no meio urbano, com a perspectiva de melhoria da condição de vida, em grande parte pela falta de perspectivas pelo desenvolvimento da agricultura familiar.

Em relação ao número de filhos dos agricultores que participaram da pesquisa, 15 agricultores (35,7%) possuem 2 filhos, e 13 agricultores (31%) que possuem 3 filhos, sendo que 4 pessoas (9,5%) entrevistadas não possuem filhos, apenas 1 agricultor foi identificado com 7 filhos, assim, é possível avaliar que a quantidade de filhos no meio rural também está sendo reduzida. Essa característica pode ser justificada pela redução da quantidade de filhos das famílias brasileiras de modo geral.

Zago e Bordignon (2012) observam que a queda de fecundidade no meio rural contribui para a diminuição da população camponesa no Brasil. Assim, a situação acarreta outros condicionantes, como por exemplo, a geração da escassez de mão de obra no meio rural que é uma ferramenta de apoio, pois a agregação de valor no produto e a demanda desse serviço se dão com a participação de pessoas.

Em relação aos membros da família que moram na propriedade. Observa-se que 12 agricultores entrevistados possuem 3 pessoas (28,6%), 11 agricultores possuem 4 pessoas (26,2%), 10 agricultores com 5 pessoas (23,8%), 8 agricultores possuem duas pessoas (19%) e 1 agricultor mora sozinho em sua propriedade (2,4%).

Em relação às pessoas que moram na propriedade e ajudam na produção dos alimentos fornecidos para a alimentação escolar, é possível identificar que em 54,8% dos entrevistados, é somente o casal quem produz esses alimentos (TABELA 2).

Tabela 2 - Membros da família que trabalham na produção dos alimentos, Missal - PR, 2013

Membros da família que trabalham	Frequência	Percentual
1	6	14,3
2	23	54,8
3	8	19,0
4	3	7,1
5	2	4,8
Total	42	100,0

Fonte: Autor

Em relação à escolaridade, 38,1% possuem o ensino fundamental completo, 31% dos agricultores entrevistados possuem a 4ª série completa, 21,4% o ensino médio completo, 7,1% tem escolaridade somente até a terceira série do ensino fundamental e apenas 01 agricultor tem o ensino superior.

Pela interpretação destes dados, nota-se que os agricultores, apesar de sua grande maioria não apresentar um nível de escolaridade elevado, não são detectados casos de analfabetismo, percebendo tendência de prolongamento escolar.

No Estado do Paraná, a média de tamanho por propriedade rural é de 20 hectares. No município de Missal notou-se, pela pesquisa realizada com os agricultores integrantes dos programas de alimentação escolar PNAE e PAA que, em relação à quantidade de terras, estes apresentaram uma média de 8,189 hectares, podendo ser visualizada na Tabela 3.

Além disso, segundo Stropasolas (2006) citado por Zago e Bordignon (2012, p. 03), os agricultores familiares "representam 85,2% do total de estabelecimentos no Brasil, ocupando somente 30,5% da área total. Na região Sul a agricultura familiar é representada por 90,5% dos estabelecimentos rurais, ocupando 43,8% da área e produzindo 57,1% do valor bruto da produção regional".

Tabela 3 - Tamanho da área da propriedade, Missal - PR, 2013

Propriedade	Mínimo	Máximo	Média
42	0,80	22,50	8,1893
Tamanho da área	Frequência	Percentual	
0 a 2 hectares	1	2,4	
2,1 até 4 hectares	10	23,8	
4,1 até 8 hectares	15	35,7	

8,1 até 12 hectares	6	14,3
Outros valores	10	23,8
Total	42	100,0

Fonte: Autor

No questionamento sobre outras fontes de renda da propriedade, sem a comercialização na alimentação escolar, a Tabela 4 apresenta que 19 agricultores, 45,2%, têm venda direta, isso envolve a comercialização dos produtos na propriedade, em mercados, feiras e entrega nas casas. Apenas 2 agricultores (4,8%) dependem exclusivamente da venda na alimentação escolar.

Tabela 4 - Sem PAA e PNAE qual a outra fonte de renda da propriedade, Missal - PR, 2013.

Outra Fonte de Renda da Propriedade	Nº Agricultores	Percentual
Leite	6	14,3%
Lavoura (soja e milho)	5	11,9%
Gado de Corte e Leite	3	7,1%
Arrendamento da Terra	2	4,8%
Leite, suíno e lavoura	2	4,8%
Suíno	1	2,4%
Pesque Pague	1	2,4%
Frango e suíno	1	2,4%
Não Possui	2	4,8%
Venda Direta	19	45,2%

Fonte: Autor

Nota: Alguns agricultores responderam a mais de uma variável.

Pelas considerações dispostas a partir da análise do perfil da agricultura familiar no Município de Missal - PR reitera-se a importância da implantação e desenvolvimento de políticas públicas de incentivo e estímulo ao desenvolvimento da agricultura familiar, voltadas para as propriedades de pequeno porte, visando promover a melhoria do escoamento da produção, o fortalecimento econômico do pequeno produtor orgânico e para garantir a permanência dos jovens, membros destas famílias, no meio rural.

A Tabela 5 apresenta os principais produtos entregues no PAA – Programa de Aquisição de Alimentos via SETS e CONAB.

Tabela 5 - Principais produtos entregues no PAA, Missal - PR, 2013.

Principais produtos entregues no PAA	N	Percentual
Carne bovina	17	21,2%
Verduras e legumes	14	17,5%
Frutas	12	15,0%
Panificação	8	10,0%
Milho verde	5	6,2%
Polpa de fruta	4	5,0%
Suco de fruta	4	5,0%
Mandioca	3	3,8%
Frango	4	5,0%
Ovos	4	5,0%
Filé de tilápia	3	3,8%
Carne suína	2	2,5%
Total	80	100,0%

Fonte: Autor

Na Tabela 6 são apresentados os principais produtos entregues no PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, os produtos mais comercializados no PNAE são os panificados com 13,8%, verduras, legumes, frutas e milho verde com (6,9%).

Tabela 6 - Principais produtos entregues no PNAE, Missal - PR, 2013

Produtos	N	Percentual
Panificados	8	13,8%
Verduras e Legumes	4	6,9%
Milho verde	4	6,9%
Frutas	4	6,9%
Geleia de fruta	3	5,2%
Doce de fruta	3	5,2%
Polpa de fruta	2	3,4%
Melado	2	3,4%
Frango	1	1,7%
Mandioca	1	1,7%
Não entrega	26	44,8%
Total	58	100,0%

Fonte: Autor

A Tabela 7 apresenta o sistema de cultivo dos alimentos do PAA e PNAE onde 50% da produção é ainda convencional, mesmo sendo da agricultura familiar e 32,1% é produção orgânica, e 14,3% são dos panificados.

Tabela 7- Sistema de cultivo dos alimentos do PAA e PNAE, Missal- PR, 2013

Cultivo	Nº	Percentual
Convencional	28	50,0%
Orgânico	18	32,1%
Panificados	8	14,3%
Outros (mel e macarrão)	2	3,6%
Total	56	100,0%

Fonte: Autor

Quando são pesquisados os principais alimentos orgânicos entregues no PAA e PNAE, a Tabela 8 apresenta os produtos, com destaque para as frutas com 29,2%, e as verduras e legumes com 18,2%.

Tabela 8 - Principais alimentos orgânicos entregue no PAA e PNAE, Missal-PR, 2013

Alimentos orgânicos	N	Percentual
Frutas	14	29,2%
Verduras e Legumes	9	18,8%
Melado	1	2,1%
Não entrega	24	50,0%
Total	48	100,0%

Fonte: Autor

Os programas PNAE e PAA possibilitam a estabilidade financeira dos agricultores do município de Missal – PR., que geram consideráveis benefícios à economia local.

ANÁLISE SWOT OU A MATRIZ FFOA

Na análise SWOT, a sigla em Inglês para Strengths (força), Weaknesses (fraqueza), Opportunities (oportunidades) e Threats (força), seu conceito é “um instrumento que pode relacionar metodicamente em um único gráfico, quais são as forças, as fraquezas, as oportunidades e as ameaças que podem influenciar o desenvolvimento de uma atividade, ajudando a gerenciá-las para melhorar o desempenho” (GRAMMS, 2004, p.105; BASTOS. 2015).

A utilização da matriz FFOA, (SWOT, FFOA ou FOFA em Português), representa forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que ajudou a identificar as potenciais ações para resolver as

questões relacionadas ao PAA e PNAE. Esta ferramenta reconhece que, geralmente, há dois lados da situação (um favorável e outro desfavorável) e estimula a discussão sobre ambos. Também, deixa explícita a diferença entre os fatores internos que são as forças e fraquezas e os fatores externos que são as oportunidades e ameaças.

A aplicação da matriz FFOA aos agricultores é uma forma de analisar as fragilidades e potencialidades dos Programas de Alimentação Escolar PAA e PNAE.

Na Tabela 9 são apresentadas as principais forças ou vantagens que o PAA e PNAE possibilitam para os agricultores familiares, o principal destaque, com 43,6% da comercialização, onde eles relatam que a certeza, a garantia e a segurança na venda dos produtos incentivam a produção e garante a venda certa. Também, aparece com 40%, o lucro certo e renda extra na propriedade.

Tabela 1 - Principais forças do PAA e PNAE, Missal - PR, 2013

Forças	Nº	Percentual
Comercialização (certeza, garantia e segurança)	24	43,6%
Lucro (renda extra e lucro certo)	22	40,0%
Outras	9	16,4%
Total	55	100,0%

Fonte: Autor

A Tabela 10 apresenta as principais fraquezas ou desvantagens do PAA e PNAE, com 23,4% a demora no pagamento, 10,6% preços baixo de produtos, 8,5% muito desconto nos produtos e 6,4% muita demora entre projetos consequência das férias escolares.

Tabela 10 - Principais fraquezas do PAA e PNAE, Missal - PR, 2013

Fraquezas	Nº	Percentual
Demora no Pagamento	11	23,4%
Preço baixo dos produtos	5	10,6%
Muito desconto nos produtos	4	8,5%
Valor do Programa PAA (cota) é baixo	2	4,3%
Muita demora entre um Projeto e outro (férias escolares)	3	6,4%
Outros	11	23,4%
Não Opinaram	11	23,4%
Total	47	100,0%

Fonte: Autor

A Tabela 11 apresenta as principais oportunidades que o PAA e PNAE possibilitam para os agricultores familiares, as quais são relatadas como: 34,8% melhoria na infraestrutura da propriedade com a construção de agroindústrias, abatedouros de frango e outras benfeitorias, 26,1% disseram que a valorização da propriedade, com o reconhecimento do valor do agricultor e do produto.

Tabela 2 - Principais oportunidades do PAA e PNAE, Missal - PR, 2013

Oportunidades	Nº	Percentual
Melhoria na infraestrutura da propriedade (construção de agroindústria, abatedor de frangos e benfeitorias)	16	34,8%
Valorização da Propriedade (reconhecimento da propriedade, do agricultor e do produto)	12	26,1%
Mercado dos produtos (comercialização)	8	17,4%
Melhoria na qualidade de vida	3	6,5%
Outras indicações	5	10,9%
Não Opinaram	2	4,3%
Total	46	100,0%

Fonte: Autor

A Tabela 12 apresenta as principais ameaças no PAA e PNAE, e o que os agricultores acreditam que poderá fragilizar ou ameaçar a continuidade dos programas. Com 16,7% a corrupção pelos gestores do programa na esfera municipal, estadual e federal e a corrupção na CONAB. Com 16,7% a incerteza, insegurança e falta de regularidade que deixam os agricultores aflitos e 14,3% as exigências e a burocracia na elaboração dos projetos.

Tabela 3 - Principais ameaças do PAA e PNAE, Missal - PR, 2013

Ameaças PAA e PNAE	Frequência	Percentual
Corrupção (Conab e Gestores do Programa a Nível Municipal, Estadual e Federal)	7	16,7
Incerteza e falta de regularidade	7	16,7
Exigências e Burocracia	6	14,3
Mudança no Governo Federal	5	11,9
Outros	5	11,9
Não responderam	12	28,6
Total	42	100,0

Fonte: Autor

CONCLUSÕES

Neste estudo foi possível caracterizar a participação do homem do campo na defesa da alimentação escolar saudável, através da agricultura familiar no município de Missal – Paraná, mediante reflexões geradas a partir do estudo do tema sustentabilidade e produção de alimentos pela agricultura familiar, subsidiados por meio dos programas PNAE e PAA como política pública desenvolvida pelo governo.

Os benefícios em longo prazo dos programas PNAE e PAA podem ser indicados pelo processo de transformação do próprio sistema produtivo, que pode ser verificado pela promoção da substituição do plantio convencional e monocultura pela agricultura familiar e orgânica, incentivada por programas de pagamento de valores mais elevados aos produtos orgânicos, pela introdução da cultura de novos produtos e a perspectiva de ampliação da área para o cultivo de produtos.

Assim, percebe-se a importância da implantação de ações sustentáveis e da adoção de condutas adequadas relacionadas à forma de cultivo dos alimentos e aos próprios consumidores, principalmente os consumidores da alimentação escolar. Esta é uma forma de garantir benefícios a toda cadeia produtiva no âmbito social, econômico e ambiental, que poderá efetivamente gerar vantagem aos agricultores familiares na produção dos alimentos, bem como aos alunos no consumo de uma alimentação saudável com procedência local.

Sistematizar os dados referentes à política pública de alimentação escolar implementada no município de Missal – PR contribuiu para uma reflexão de que o maior restaurante do município é a alimentação escolar, atendendo diversas instituições e alunos com alimentos de ótima procedência, tendo ainda como papel o fortalecimento do agricultor e do comércio local. Essas iniciativas locais provocam uma ligação do alimento com o cultivo, o reconhecimento dos alunos percebendo que estão recebendo um alimento na escola que veio da propriedade de seus pais.

Entre os aspectos ambientais, traduzidos, por exemplo, pela não utilização dos agrotóxicos e pela preservação da biodiversidade e dos recursos naturais. Além destes quesitos, verifica-se o aumento

do estímulo da produção local, melhoria do cuidado com o solo e da produtividade agrícola, cultivo de sementes próprias, melhoria e a guarda das variedades produzidas pelas famílias ao longo do tempo. A preservação de sementes na tradição familiar, chamadas comumente de crioulas, trazem outros benefícios como a minimização da proliferação de pragas e doenças, e contribuem para assegurar o equilíbrio ambiental pela recuperação dos recursos naturais renováveis em longo prazo.

No aspecto econômico, salienta-se a centralização geográfica de estruturas de compra e gestão dos recursos públicos, o escoamento da produção, o aumento em termos de renda e emprego, o incentivo à produção de outras variedades de produtos na busca de um nicho de mercado pouco explorado, melhoria e adequação das benfeitorias e estrutura física da propriedade rural, baixa utilização de insumos externos e um menor custo na produção.

Na questão social pode-se indicar a permanência na propriedade rural com a manutenção da união da família assegurada pelo trabalho conjunto, melhoria da qualidade de vida pela redução do uso de insumos, agrotóxicos, pesticidas, entre outros, reconhecimento do papel da preservação, de modo a garantir os saberes locais e manter sua própria identidade e do instinto de proteção ao ambiente com a certeza de que está fazendo a coisa certa. Além disso, denota-se a relevância no sentido de permitir a capacidade de produção justa e solidária e satisfação positiva das famílias rurais, por participarem dos programas de alimentação escolar com alimento de procedência local e saudável. Ainda, entre os resultados pode-se citar o fortalecimento da agricultura familiar por meio das políticas públicas implantadas pelos programas de alimentação escolar.

Pela análise das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças foi possível a percepção dos indicadores dos programas de forma contextualizada e ampliada, permitindo a verificação da real situação dos produtores em relação aos programas PNAE e PAA.

Em análise às forças apontadas pelos agricultores, mediante a pesquisa, percebe-se que os programas oferecem subsídios financeiros que proporcionam condições para a permanência na atividade, visto que a comercialização dos produtos e o lucro oportunizado geram segurança para os participantes dos programas.

Apesar das fraquezas e ameaças apresentadas pelo conjunto dos indicadores, ressalta-se a repercussão das forças e oportunidades verificadas em relação à valorização da produção e da propriedade

rural, distribuição de renda, investimento no comércio local com o fortalecimento do sistema econômico do município, além do controle e reversão dos impactos das atividades econômicas sobre o meio natural, apresentando um comportamento ético em relação ao meio ambiente, já que o mesmo constitui a base para a melhoria da qualidade de vida tanto do homem do campo como de toda a sociedade.

THE PARTICIPATION OF FAMILY FARMERS IN DEFENSE FOR THE RIGHT TO A HEALTHY SCHOOL FEEDING IN THE CITY OF MISSAL, PARANÁ STATE

ABSTRACT

The farming family has as feature the interaction between management and work, the diversification of crops on a small scale using manpower of the own farming family, whose lead all the productive process. The works made by the organic farming family contribute to sustainability, the kind of labor that respects and protects the environment. This study aims to characterize the participation of farming family in defense of a healthy school feeding in the town of Missal, PR. The research was led through a questionnaire to the nutritionist of the Education Department in charged for school feeding, to identify the consumption and production of food and 42 (forty-two) farmers participating in the Food Acquisition Program (Programa Aquisição de Alimentos - PAA) and National Program of School Feeding (Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE) in the county, with the purpose is to identify, the social, economic and environmental aspects, in the rural propriety, related to the activities made by the program. From the indicators strengths, weaknesses, opportunities and threats, it was possible to assess the advantages and disadvantages to solve the issues related to the PAA and PNAE. For the research, the strengths are in the commercialization. The weaknesses of the program indicated by farmers were low prices, the discounted paid for the products values, the delay in payment and the low financial dimension fees of PAA may cause factors that limit and turn the programs difficult and may discourage small farmers that depend of these programs. The opportunities are valuing rural property, improving the infrastructure and the quality of life. The threats identified are restricted to possible illicit and corrupting actions that can be developed by guilty acts of the program managers and the possibility of changing the government. It is concluded that the PNAE and EAP programs, substantially benefit the

school feeding system and sustainable rural development of farming family from Missal, PR.

Keywords: Farming Family. Sustainability. Rights to school feeding.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Marcelo. *Análise SWOT (Matriz): Conceito e aplicação*. Disponível em: <http://www.portal-administracao.com/2014/01/analise-swt-conceito-e-aplicacao.html>. Acesso em: outubro 2015.

BARBIERI, José Carlos. *Desenvolvimento e Meio Ambiente: As estratégias de mudança da Agenda 21*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

BEUREN, Ilse Maria (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009

BOFF, Leonardo. *Sustentabilidade: o que é – o que não é*. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. *Constituição da Republica Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. DECRETO Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. *Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: outubro 2015.

BRASIL. DECRETO Nº 7.794, DE 20 DE AGOSTO DE 2012. *Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm. Acesso em: outubro 2015.

BRASIL. LEI Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. *Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: outubro 2015.

BRASIL. LEI Nº 10.696, de 2 de julho de 2003. *Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.696.htm. Acesso em: outubro 2015.

CAISAN, Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. *Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015*. Brasília, DF: CAISAN, 2011. 132p.

CERVO, Amado L. BERVIAN, Pedro A. *Metodologia Científica*. 5. Ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CONAB. *Relatório de Gestão da Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, no Estado do Mato Grosso (Sureg-*

MT). (2008). Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/image/relatoriogestao/CONAB/2008MT.pdf. Acesso em: 27 abr. 2014.

CONSEA, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. *Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional*. Brasília: CONSEA; 2004.

FAO, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. O estado da insegurança alimentar no mundo 2012. Disponível em: <https://www.fao.org.br>. Acesso em: março 2014.

FAO, Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação. *Quase 870 milhões de pessoas no mundo estão subnutridas: novo relatório sobre a fome*. (2012). Disponível em: <https://www.fao.org.br/q870mpmesnrfs>. asp. Acesso em: 18 mar. 2014.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo; (Org.). *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009

GODOY, Cristiane Maria Tonetto; PÉREZ, Flávia Inês Carvajal; WIZNIEWSKY, Jose Geraldo; GUEDES, Ana Cecília; MORAES, Cleia Dos Santos. *Juventude rural, envelhecimento e o papel da aposentadoria no meio rural: A realidade do município de Santa Rosa/RS*. (2010). Disponível em: www.sober.org.br/palestra/15/714.pdf. Disponível em: 26 jun. 2014.

GONÇALVES, Sérgio; ENGELMANN, Sandra Andreia. *A Agroecologia e a reestruturação do Desenvolvimento Rural*. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 4, n. 8, p. 29-51, ago.2009. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11947/6978>>. Disponível em: mar. de 2014.

GRAMMS, Lorena. *Administração Estratégica e planejamento*. Curitiba: IBPEX, 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010*. (2010). Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm. Acesso em: março de 2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades*. (2012).

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=411605&idtema=134&search=parana%7Cmissal%7Cproduto-interno-bruto-dos-municipios-2012>. Acesso em: out 2015.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Anuário Estatístico do Estado do Paraná*. (2008). Disponível em: www.ipardes.gov.br/anuario_2008/. Acesso em: mar. 2014.

JACOBI, P. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, p. 189-205, mar. 2003.

MADRUGA, Jessica Arpino. *Segurança Alimentar e Políticas Públicas*. 2009. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/105335/000738670.pdf?sequence=1>. Acesso em: mar. 2014

A participação da agricultura... - Mauri José Schneider et. al

MALUF, Renato; MENEZES, Francisco; MARQUES, Susana B. *Caderno Segurança alimentar*. 2000. Parte 12-13. Disponível em: http://ag20.cnpia.embrapa.br/Repositorio/seguranca+alimentar_000gvxlxe0q02wx7ha0g934v gwlj72d2.pdf. Acesso em: 20 mar. 2014.

MENDES, Francisco Coelho. *Sociedade e Organizações* v. 2 / Francisco Coelho Mendes. – Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. Disponível em: teca.cecierj.edu.br/popUpVisualizar.php?id=48246&urlArquivo=../... Acesso em: 20 mar. 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MISSAL. *Governo municipal de Missal: Ação com transparência*. (2014). Disponível em: <http://www.missal.pr.gov.br/prefeitura/html>. Acesso em: 27 abril. 2014.

RAMOS, Simone Yuri; SANTOS CRUZ, Kelma Christina Melo dos; LOUREIRO, Ianelli Sobral. A Conab e os produtos da sociabilidade. In: *Abastecimento e Segurança Alimentar: o crescimento da Agricultura e a Produção de Alimentos no Brasil*. Brasília: CONAB, 2008.

ROESLER, Marli Renate von Borstel. *Gestão ambiental e sustentabilidade: a dinâmica da Hidrelétrica Binacional de Itaipu nos municípios lindeiros*. Cascavel, Edunioeste, 2007, 307p.

SOARES, Renata. *A produção alimentar do município do Rio Grande: ênfase na produção de hortifrutigranjeiros*. (2013). Disponível em: http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra_Rosana-da-Silveira-Soares.pdf. Acesso em: 20 mar. 2014.

STURION, GL. *Programa de alimentação escolar: avaliação do desempenho em dez municípios brasileiros*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; 2002. Disponível em: <http://www.fea.unicamp.br/alimentarium/verdocumento.php?did110>. Acesso em: mar. de 2014.

VITORASSI, Silvana; TROBAT, Miquel F. Oliver; SORRENTINO, Marcos. *Programa de Educação Ambiental de Itaipu: avanços e desafios de uma experiência de enraizamento da educação ambiental na Bacia Hidrográfica do Paraná* 3. (2011). Disponível em: www.academia.edu/.../Programa_de_educacao_ambiental_de_itaipu_av Acesso em: abril 2014.

ZAGO, Nadir; BORDIGNON, Cristina. Juventude rural no contexto da agricultura familiar: Migração e investimento nos estudos. (2012). Disponível em: <http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1096/707>. Acesso em: 25 jun. 2014.

Aprovado em julho de 2015
Publicado em dezembro de 2015